

## CONTOS AFRICANOS: A LINGUAGEM LITERÁRIA E A PLURALIDADE CULTURAL NO ENSINO DE PORTUGUÊS

Adriana Martins dos Santos  
*Licenciatura em Letras UAEADTec/UFRPE*  
Universidade Federal Rural de Pernambuco/UFRPE  
adrianamrt@hotmail.com

*Sávio Roberto Fonseca de Freitas*  
Universidade Federal Rural de Pernambuco/UFRPE  
savioroberto1978@yahoo.com.br

### Resumo

O propósito deste trabalho é vincular a literatura africana no língua portuguesa, tendo em vista que a literatura traz em seu conceito uma formação humanitária, conferindo uma afirmação da alteridade conectando todos a um universo paralelo. Ao inserir os contos africanos no ensino de língua portuguesa é possível observar como a pluralidade cultural se torna importante no desenvolvimento cognitivo do aluno, que ao entrar no mundo mágico dos contos se depara com uma diversidade inimaginável de sonhos e fantasias. Espera-se mostrar que com a implementação, da Lei Federal 10.639/03, que estabelece a inclusão, no currículo oficial da Rede de Ensino, da temática História e Cultura Africana e Afro- Brasileira, destacando a multiculturalidade e a pluriétnica que ocorrem na cultura brasileira, à relevância dos contos africanos no ensino básico e a possibilidade que o mesmo tem de contribuir para que se divulgue e valorize a cultura africana nas escolas, desmistificando estereótipos, a partir de ações estratégicas que desperte o interesse e a curiosidade dos estudantes, criando expectativas que se confirmarão ou não no decorrer da leitura. Enfim a finalidade deste trabalho é desvendar para o estudante, através dos contos, a riqueza da diversidade étnica e cultural e a valiosa herança a nós legada pela África e seus descendentes.

**Palavras chave:** Literatura; Contos africanos; Diversidade cultural

## **Introdução**

A pesquisa será desenvolvida acerca do gênero, contos africanos, com alunos do ensino fundamental I E II, da rede estadual de ensino, com o intuito de apoiar o processo de ensino e aprendizagem por meio da literatura e pluralidade cultural. A atividade busca fazer uso de métodos educativos que desperte a curiosidade nos alunos para o contexto cultural, social e histórico. Tornando-os críticos para refletirem as heranças culturais presentes no contexto brasileiro a partir das tradições, costumes e saberes. Sob uma perspectiva interdisciplinar de ensino, deve-se respeitar e preservar os contos africanos e, principalmente, combater quaisquer preconceitos. Até porque os contos são tipos de narrativas originárias desde as mais antigas civilizações. A arte de contar histórias foi passada de geração a geração, constituindo, até os dias de hoje, importantes fontes de informações para entendermos a história das civilizações. Estes encantam e permeiam a imaginação e a fantasia, elementos fundamentais para que o estudante aprenda mais sobre a relação entre as pessoas, sobre si e sobre o outro. Portanto, para uma educação que respeite a diversidade, é fundamental contemplar a riqueza cultural de outros povos como os contos Africanos. “O poder da palavra garante e preserva ensinamentos, uma vez que possui uma energia vital, com capacidade criadora e transformadora do mundo. Na cultura africana a fala ganha força, forma e sentido, significado e orientação para a vida. A palavra é vida, é ação, é jeito de aprender e ensinar.

## Referencial teórico

O projeto de pesquisa aqui apresentado buscou estar em conformidade com a Lei 10.639/03, que estabelece a obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro brasileira, africana e indígena nas escolas, aliado com a linguagem dos contos para ampliar os conhecimentos dos alunos no que se refere à leitura e produção de textos sobre esse gênero, além de se tornarem críticos e combater qualquer preconceito. Este trabalho elegeu os contos africanos de língua portuguesa a fim de apresentar aos nossos alunos, da educação básica, uma literatura que se identifica com as nossas raízes, que tem vínculo com nosso patrimônio cultural e que tem despertado o interesse do público brasileiro. Vale salientar que no ano de 2003, o então Presidente da República **Luiz Inácio Lula da Silva**, reconhecendo a importância e a necessidade de uma mudança na educação brasileira, no que se refere ao estudo da temática Africana, alterou a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, sancionando a Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003 (p.32). Assim, a Lei nº9.394/96 (que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional) passou a vigorar acrescida dos seguintes artigos:

*Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura AfroBrasileira. § 1ª - O Conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e políticas pertinentes à História do Brasil. § 2ª - Os Conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileira. Art. 79-B. O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como "Dia Nacional da Consciência Negra" (BRASIL, 2003).*

Após a homologação da referida lei, o Conselho Nacional de Educação (Resolução nº1, de 17 de junho 2004) instituiu Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro Brasileira e Africana, que serão apresentadas na próxima seção. Sendo assim, os movimentos sociais negros e muitos intelectuais negros, “levaram mais de meio século para conseguir a obrigatoriedade do estudo da história do continente africano e dos africanos, da luta dos negros no Brasil, da cultura negra brasileira e do negro na formação da sociedade nacional brasileira” (SANTOS, 2005, p.34).

Destaca Rita Chaves: “As literaturas africanas são chaves para penetrar os mundos que o continente guarda, desvelando alguns de seus mistérios pela palavra.” (CHAVES, 2011, p.8). A fim de resgatar e divulgar a identidade de um povo e de seus descendentes, a narração de histórias é eficaz para nos tornar visíveis “tendo consciência de que existimos” (Alberto Manguel), e esse é o propósito ao trabalhar com os contos: dar visibilidade ao aluno afro descendente, além de trazer para o diálogo um conjunto de situações comunicativas e intertextuais que estimulem a criatividade e promovam a interação e o compartilhamento das leituras entre os alunos, mediadas pelo professor. Essa nova ficção em língua portuguesa, que surge no cenário internacional, possui características exclusivas que expõem valores religiosos, sociais, artísticos numa linguagem própria. A Literatura, elevada ao status de disciplina curricular no Ensino Médio, caracteriza-se por seu caráter transgressor, “que garante ao participante do jogo da leitura literária o exercício da liberdade, e que pode levar a limites extremos as possibilidades da língua”.(Orientações Curriculares do Ensino Médio, p.49).

De acordo com Toniosso (2011, p.50), as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) “têm o objetivo de definir a orientação curricular nacional, ao prescrever os conteúdos necessários à formação escolar de cada indivíduo, em consonância com as exigências da sociedade contemporânea”. No que se refere às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana e o seu Parecer, serão analisadas a seguir as indicações e orientações para o ensino no que tange principalmente à Cultura Africana. Avulta-se que incluso entre os princípios de ações educativas de combate ao racismo e a discriminações, ressalta-se a valorização da oralidade, da corporeidade e da arte, por

exemplo, como a dança, marcas da cultura de raiz africana, ao lado da escrita e da leitura. O ensino de História e Cultura Africana poderá ser através de diferentes maneiras, podendo ser por meio de atividades curriculares ou não, proporcionar momentos de diálogo e procurar formas de convivência respeitosa (BRASIL, 2005, p.20).

O ensinamento da temática literária seja ela brasileira ou não, deve ocorrer no dia-a-dia da unidade escolar, em todos os níveis e modalidades de ensino, como conteúdo de disciplinas, principalmente Educação Artística, Literatura e História do Brasil, daí a importância da interdisciplinaridade em sala de aula. Pode ser por meio de “atividades curriculares ou não, trabalhos em salas de aula, nos laboratórios de ciências e de informática, na utilização de sala de leitura, biblioteca, brinquedoteca, áreas de recreação, quadra de esportes e outros ambientes escolares” (BRASIL, 2005, p.21). Por tanto nas práticas de leitura assumidas pelas Diretrizes Curriculares, o ato de ler é visto como um ato dialógico, interlocutivo. O leitor, nesse contexto, tem um papel ativo no processo da leitura, e para se efetivar como co-produtor, procura pistas formais, formula e reformula hipóteses, aceita ou rejeita conclusões, usa estratégias baseadas no seu conhecimento linguístico, nas suas experiências e na sua vivência sociocultural. Ao se discutir a importância dos estudos literários e o seu papel na formação do aluno do ensino fundamental e médio, o documento retoma o objetivo III do artigo 35 da Lei de Diretrizes Básicas do Ensino Nacional n.9.394/96: “Aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico” (LDBEN, 1996,apud Brasil,2006,p.53). Para dialogar com tal objetivo, os autores das orientações encontram respaldo na relação que Antonio Candido estabelece entre humanização defendida nesse objetivo e literatura. Candido (1995) ressalta que o acesso à literatura é um direito de todo cidadão. Segundo o autor, os direitos humanos referem-se às coisas indispensáveis a todos e considera a literatura, fator importantíssimo no processo de humanização por isso acrescenta:

Entendo aqui por humanização [...] o processo que confirma no homem aqueles traços que reputamos essenciais, como o exercício da reflexão, a aquisição do saber, a boa disposição para com o

próximo, o afinamento das emoções, a capacidade de penetrar nos problemas da vida, o senso da beleza, a percepção da complexidade do mundo e dos seres, o cultivo do humor. A literatura desenvolve em nós a quota de humanidade na medida em que nos torna mais compreensivos e abertos para a natureza, o semelhante (CANDIDO, BRASIL,2006,p.54).

O ensejo aqui é que o ensino de qualquer literatura deva sempre passar a valorizar o desenvolvimento das competências leitoras dos estudantes, deixando para segundo plano aquele trabalho tradicional com listagens de escolas literárias, contexto histórico, autores, obras, temas e características que, na maioria das vezes, parecem não fazer sentido algum para os estudantes, o que ocasiona por sua vez, a desmotivação no ato da leitura. Assim, a literatura, na concepção de Osakabe (2006,Brasil,2006,p.49), é compreendida como um “grande agenciador do amadurecimento sensível do aluno, proporcionando-lhe um convívio com um domínio cuja principal característica é o exercício da liberdade”, com vistas ao “desenvolvimento de um comportamento mais crítico e menos preconceituoso diante do mundo”. Viva a cultura diversificada literária.

## **Metodologia**

Com o objetivo de conhecer a Cultura Africana por meio de métodos lúdicos para desconstruir e desmistificar os preconceitos, a fim possibilitar aos alunos reflexões críticas sobre a temática e ampliar o conhecimento de visão de mundo. Incentivando o hábito pela leitura e a escrita a partir dos saberes e conhecimento da cultura africana e costumes afro-brasileiros, valorizando a leitura literária como fonte de informação e via de acesso a história e à cultura africana e afro-brasileira, para formação de cidadãos atuantes em sociedade multicultural, Contribuindo, em sentido amplo, para a promoção da igualdade das relações étnicoraciais na escola e fora dela, é que foi pensada a presente pesquisa, que tem caráter qualitativo, e envolve revisão bibliográfica e análise documental, tendo também como objetivo investigar aspectos históricos sobre a mobilização racial negra no Brasil, com destaque à área da educação, que inclui a participação na elaboração e aprovação da Lei 10.639/03. Para a realização desta investigação recorreu-se a autores como Domingues (2007), Pinto (1993) e Santos (2005). Foram analisadas também as indicações e orientações das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana e o seu Parecer no que tange principalmente a Cultura Africana.

## **Discussão dos Resultados**

Com a homologação da Lei No. 10.639/2003, que tornou obrigatório o ensino sobre a História e a Cultura Africana e Afro-Brasileira na educação básica, por meio da Resolução nº1, de 17 de junho 2004, o Conselho Nacional de Educação instituiu Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Observa-se que as orientações e indicações das referidas Diretrizes Curriculares Nacionais propiciam diferentes alternativas e sugestões para o desenvolvimento desse conteúdo na educação. Destaca-se que tais indicações estão em consonância com o que foram estabelecidos na Constituição Federal, artigos 205, 215 e 216; bem como nos artigos 26 e 26-A da Lei nº 9.394/96, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Neste sentido, destaca-se a importância em se utilizar diferentes materiais e recursos para o desenvolvimento dos conteúdos referentes à temática em questão, possibilitando assim a ampliação de conhecimentos e materiais disponíveis sobre a Cultura Africana. O trabalho foi elaborado na perspectiva de promover a desconstrução e a desmistificação dos preconceitos em relação à Cultura Africana, de forma a possibilitar reflexões críticas acerca da temática, bem como a ampliação dos conhecimentos sobre o assunto.



## **Considerações Finais**

Por meio da revisão bibliográfica, foi possível constatar a necessidade da inclusão de disciplina ligada à cultura Africana no ensino básico, mostrando a importância da mistura cultural e intelectual que a literatura pode proporcionar. A desvalorização e preconceito foram formados ao longo dos anos, levou mais de um século desde a lei Áurea que aboliu a escravidão até a formação da lei 10.639/2003, que é resultado das reivindicações e das lutas do Movimento Negro junto ao estado brasileiro para que fosse incluído nos currículos o estudo da História e Cultura Africana. Por ser uma lei recente, pouco material foi encontrado sobre Cultura Africana e como aplicá-la em sala de aula. Além disso, não foi encontrado nenhum modelo de projeto educacional que auxiliasse no desenvolvimento prático da temática em sala de aula, os materiais disponíveis fornecem apenas orientações e indicações, porém não apresentam metodologias, ou seja, como fazer. Salienta-se assim a importância de serem desenvolvidos mais estudos a respeito dos temas abordados nesse trabalho, como características e aspectos da cultura africana, contos, músicas, obras de arte, animações, danças, jogos, brincadeiras, bem como a importância de serem publicados mais trabalhos redigidos por pedagogos, a respeito de diversidade cultural em geral.

## **Referências bibliográficas:**

**Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História Afro-Brasileira e Africana.** Brasília: Ministério da Cultura, 2005.

**Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

**Lei nº 10.639 de 9 de janeiro de 2003.** Inclui a obrigatoriedade da temática “**História e Cultura Africana e Afro-Brasileira**” no currículo oficial da rede de ensino. Diário Oficial da União, Brasília, 2003

**TONIOSSO, José Pedro. Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana: da legislação à prática docente (Mestrado)** – Centro Universitário Moura Lacerda Programa de Pós - Graduação em Educação, Ribeirão Preto, 2011

**SERRANO, C. Waldman, N. Memória D’África: a temática africana em sala de aula.** 3ªed. São Paulo: Cortez, 2010. BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental.

**Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: introdução.** Brasília: MEC/SEF, 1998. P. 58-59.

**FREIRE, Paulo. A importância do Ato de Ler.** – 46 ed. São Paulo: Cortez, 1985.

**GOTLIB, Nádia Batella. Teoria do Conto.** São Paulo: Ática, 19

**ROJO, Roxane Helena Rodrigues. “Letramento e capacidades de leitura para a cidadania”.** Texto de divulgação científica elaborado para o Programa Ensino Médio em Rede, in: CD do Programa Ensino Médio em Rede, Rede do Saber/Cenpec/SEESP, 2004.

**PEDROCHE, R. Rosimeire. Lendas e Contos Africanos: Das histórias à Cultura do nosso Povo.** Artigo Final apresentado ao PDE- 2009/2010 da Secretaria do Estado da Educação do Paraná.